

Letras da Terra

Mala Direta Postal

Básica

9912356193/2014-DR/RS

AGPTEA

...CORREIOS...



ANO XIV • Nº 45 • MARÇO DE 2016

Como funcionam as regras para a aposentadoria pelo INSS

PÁGINAS 6 A 9

ENTREVISTA
ROBERTO RECH

Presidente do Sintargs fala sobre gestão e trabalho em prol dos técnicos agrícolas gaúchos

PÁGINAS 12 E 13

AGRICULTURA ORGÂNICA

A evolução e os benefícios da alimentação embasada na agricultura sustentável

PÁGINAS 16 E 17

Novos ares estão chegando...

Um frio suficiente para refrescar o calor, mas quente suficiente para aquecer o frio.

Vem aí o Outono com seu frescor marcado pela queda das folhas e pelo amadurecer dos frutos que representam o caminho aberto para transformações e para a renovação. É com ele, a Páscoa!

Que as folhas do Outono desenhem novos caminhos e que sua cesta de Páscoa esteja cada vez mais cheia de conhecimento!

"Os novos recomeços e oportunidades dependem apenas da nossa transformação interior".

(Mônica Christi)



DIRETORIA AGPTEA

PRESIDENTE

Sérgio Luiz Crestani

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Celito Luiz Lorenzi

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Elson Geraldo de Sena Costa

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

João Feliciano Soares Rigon

SECRETÁRIO GERAL

Fritz Roloff

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Denise Oliveira da Silva

TESOUREIRO GERAL

Carlos Fernando
Oliveira da Silva

PRIMEIRO TESOUREIRO

Danilo Oliveira de Souza

CONSELHO FISCAL

Telvi Favini

Vanderlei Gomes da Silva
Mario Ubaldo Ortiz Barcelos

CONSELHO FISCAL / SUPLENTE

Getúlio de Souza Antunes
Carlos Augusto Natorp
Fontoura
Aldir Antonio Vicente

REDAÇÃO

CONTATOS

51 3225.5748

51 9249.7245

letrasdaterra@agptea.org.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Natália Cagnani - MIB 15509

FOTO DE CAPA

Divulgação

DIAGRAMAÇÃO

ROSANA RADKE
rosanaradke@gmail.com

IMPRESSÃO

Sônia David
Multicomunicação
51 9982.7534

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO

4 mil exemplares



Av. Getúlio Vargas, 283
Fone/Fax 51 3225.5748
Menino Deus - 90150-001
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
adm@agptea.org.br
www.agptea.org.br

EDITORIAL

Novidades por aí...

O ano de 2016 começa com novidades nas Escolas Agrícolas do Rio Grande do Sul, que passaram por um período de eleições no final de 2015 para a escolha dos novos diretores das instituições. Com os eleitos, percebemos uma grande renovação no quadro das escolas gaúchas, já que mais da metade dos antigos diretores acumulavam mais de dois mandatos, inviabilizando a candidatura.

Em nome da Associação Gaúcha dos Professores Técnicos do Ensino Agrícola, desejo uma ótima gestão a todos. Espero que as novas conquistas venham cada vez mais fortes em prol dos alunos e das escolas.

Por falar em renovação, como a vida da gente passa por mudanças, não é mesmo? Algumas que nem esperamos e outras que tanto almejamos. Lá no início de 2011, eu não poderia imaginar todas as coisas que me aconteceriam até agora. Assumi a presidência da AGPTEA interinamente quando o então presidente Fritz Roloff assumiu o cargo de diretor técnico da Suepro. Apesar do desafio inesperado e incerto, muita coisa mudou desde então.

No ano seguinte, eu segui à frente da AGPTEA ao vencer as eleições com uma boa folga. E devo compartilhar com vocês que, todo este tempo em que estive ainda mais próximo da Associação eu passei os melhores anos da minha vida e fiz grandes amigos, muitos que vão me acompanhar para sempre.

Por isso, quero comemorar com vocês. Este é um momento especial! É hora de olhar para trás e ver o caminho que percorri até aqui. Enfrentei momentos de tristezas e até de conflitos, o que considero natural para o nosso crescimento pessoal e profissional, mas também passei por incontáveis momentos de alegria, de vitórias e de cumplicidade.

Por todas as experiências que vivi, agradeço àqueles que me impuseram obstáculos infundados e àqueles que sempre me impulsionaram e me encorajaram a seguir em frente. Com os dois lados, aprendi lições, cultivei amizades e amadureci meus conhecimentos. Agora, chegou a hora de cuidar um pouco mais de mim, da minha saúde e da aposentadoria. Por isso, estou repassando o cargo de presidente interino ao professor Fritz Roloff.

Obrigado por tudo e fiquem com a leitura da 45ª edição da nossa Revista Letras da Terra.

Grande abraço,

SÉRGIO LUIZ CRESTANI
PRESIDENTE DA AGPTEA



Fachada e vista aérea da Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul

Aulas práticas em propriedade rural e projetos guiam ensino em tempo integral na Cruzeiro do Sul

Com uma área construída equivalente a 6.423m² em São Luiz Gonzaga, Noroeste do Rio Grande do Sul, a Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul é uma das instituições gaúchas que atende pelo modelo de ensino em tempo integral, que, além das aulas no turno regular, conta com diversas atividades complementares em seus 14 laboratórios de aprendizagem. Ao todo, a grade curricular soma 50 horas semanais para os 315 alunos da instituição, sendo 61 em regime de internato.

O grande destaque da Cruzeiro do Sul, aliás, está no incentivo às atividades práticas na propriedade rural, que oferece aos estudantes a oportunidade de aplicar a teoria com a prática dentro da realidade da propriedade rural. Dessa forma, os alunos conseguem acompanhar, por exemplo, como os agricultores manejam o processo de irrigação por pivô central, a montagem do sistema de irrigação subterrâneo com canos de PVC. Esta experimentação abre caminhos para que eles sejam capazes de avaliar a quantidade necessária de água por área irrigada, pensamento que fica mui-

to mais simplificado fora da sala de aula. “Nós, professores da escola, buscamos um trabalho interdisciplinar através dos projetos de pesquisa, envolvendo todas as áreas do conhecimento, compartilhando experiências, teoria e prática, resgatando possibilidades inovadoras e ultrapassando o pensar fragmentado. Exemplo disso são as aulas de Matemática Aplicada na Avicultura e as aulas de Piscicultura, dimensionando reservatório e cálculos de ração. Como o espaço da prática profissional é dentro da própria escola, através dos laboratórios de aprendizagens, os alunos participam de todos os processos produtivos”, complementa a supervisora escolar Andreia Borba.

Outro exemplo da prática em ação é a explicação sobre mecanização agrícola, que contempla temas como o número de pés, flange, caracol, esteira, tipos de pinos, picador das colheitadeiras, sem deixar passar o alerta para acidentes de trabalho aos quais os agricultores estarão expostos, dependendo das atividades diárias.



Laboratórios de aprendizagem incluem bovinocultura, ovinocultura, suinocultura e avicultura

ESCOLA AGRÍCOLA

PROJETOS DE PESQUISA EM ALTA

Como seu ponto forte para potencializar a capacitação dos alunos, a Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul aposta no desenvolvimento de uma série de projetos de pesquisa, com a finalidade de fortalecer o ensino da Educação Profissional. Entre as principais atividades, proteção das fontes hídricas, plantio de alfafa, criação de tilápia em tanques e açudes, inseminação e sincronização do cio no gado de corte, produção de húmus através do aproveitamento de resíduos orgânicos, implantação da casa da vegetação, produção de moranguinhos no sistema semihidropônico, além de cana-de-açúcar, mandioca e batata doce.

APROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA

Um dos projetos mais recentes, implementado em abril de 2015, foi realizado com o objetivo de captar, armazenar e aproveitar a água das chuvas através da construção de uma nova cisterna. Hoje, são duas. Resultado: 218 mil litros de água coletada e aplicada na irrigação de estufas que abrigam a produção de hortaliças hidropônicas, além da higienização da avicultura, suinocultura e gado leiteiro. “Armazenar e



utilizar a água das chuvas é primordial em um modelo de agricultura sustentável. Entender e problematizar a possibilidade de usar tecnologias ambientalmente corretas na produção de alimentos é uma das matrizes curriculares de formação dos estudantes do curso Técnico em Agropecuária da ETE Cruzeiro do Sul. Formar estudantes comprometidos com o desenvolvimento sustentável é a principal missão de uma nova concepção de agropecuária”, conta a supervisora.

CIRCUITO DAS ÁGUAS

Outro projeto que merece destaque começou um ano antes através de um trabalho conjunto entre professores e alunos em comemoração ao Dia Mundial da Água. O Circuito das Águas é composto por diversas atividades pedagógicas que alertam para a importância da água e dividido em seis estações: fonte preservada, construída em parceria com a Emater para captar (preservar) três nascentes; bebedouro de concreto para o gado; área de preservação permanente, onde se encontram algumas fontes de água; reunião de várias nascentes na forma original, sem interferência do homem; cisterna para a produção de hortaliças hidropônicas

e higienização de alguns laboratórios de aprendizagem; captação da água do pavilhão 2 da escola, capaz de encher duas caixas d'água, totalizando aproximadamente 30 mil litros, que são utilizados para irrigação da horta.

INVESTIMENTOS

Com tantos projetos em andamento, a escola não deixa de investir. Nos últimos três anos, a ETE Cruzeiro do Sul reuniu recursos públicos e do Círculo de Pais e Mestres para aplicar em diversas áreas. Parte do investimento foi distribuído para aviários de postura, salas de ordenha canalizadas, pinturas e restauração do pórtico de entrada da escola. Outra parcela foi utilizada para a canalização da coleta de água, caixas d'água e a construção de duas cisternas (uma de 120m³ e outra de 220m³), além da aquisição de um trator e roçadeiras. “Podemos perceber que várias das ações realizadas contribuem para a construção de um currículo integrado. Através dos laboratórios de aprendizagens, os alunos estão aptos a relacionar teoria à prática, e conseqüentemente o aprendizado ocorre com mais facilidade, já que eles podem articular os conteúdos com a realidade que estão vivenciando”, reitera Andreia Borba.





Fachada de agência do INSS em Porto Alegre

Aposentadoria: uma ideia que vem com o tempo

POR SÍLVIA REGINA DE OLIVEIRA MACHADO
JORNALISTA

Quando se é jovem o objetivo é trabalhar muito para adquirir conforto, segurança e bem-estar ao longo da vida. Ao menos, esta é a teoria. Como todo começo, é um caminho sem tréguas e, por vezes, demorado e tortuoso. A ideia de aposentadoria acaba ficando muito distante de qualquer projeto de vida. Pouco se pensa sobre a possibilidade de parar ou fazer outra atividade, libertando-se da rotina. A necessidade vem com o tempo. Mas tudo passa e logo o tempo chega. É nessas horas que um projeto de seguro previdenciário começa a ter valor.

POLÍTICA PÚBLICA

No Brasil, este papel é do Instituto Na-

cional de Seguro Social (INSS), autarquia ligada atualmente ao Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), que já passou por várias transformações e nomenclaturas ao longo de 93 anos. Conforme artigo 6º do Decreto 3.048/99 que regulamenta a Lei 8.213/91 (benefícios em geral) e 8.212/91 (custeio), a previdência social compreende o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), onde estão enquadrados quase todos os trabalhadores do País, e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), destinado aos servidores públicos e militares, ambos de caráter contributivo e filiação obrigatória. Mas vale destacar que somente a administração do primeiro caso cabe ao INSS. As regras dos benefícios do Regime Próprio pertencem ao órgão que lhe deu origem. E para não desequilibrar o sistema como um todo há uma sistemática de compensação financeira, de um regime para o outro, con-

forme a escolha do segurado na hora da aposentadoria.

Para o gerente executivo do INSS em Porto Alegre (RS), Haidson Brizola, operacionalizar o reconhecimento do direito ao cidadão, executando políticas públicas a fim de garantir proteção social aos brasileiros é a competência do RGPS. "Com esta garantia de proteger o trabalhador e sua família, entendo que o INSS, pretende sim, ser reconhecido como patrimônio do povo e tem feito isso ao trilhar o caminho do fortalecimento desta proteção e a implantação da cobertura previdenciária. Exemplo disso vem com a criação da contribuição chamada de baixa renda, incluindo uma camada da população que estava à margem do sistema previdenciário", comenta.

Esta garantia assegura benefícios de auxílio-reclusão, auxílio-doença e pensão por morte, e também o salário maternidade ou

ainda a tão esperada aposentadoria, que no Brasil ainda pode ser em decorrência da idade ou do tempo de contribuição, modalidade que poucos países oferecem. “Sei que ainda temos muito a andar, pois existem fatos negativos. Para mim, hoje o mais relevante é a falta de servidores para oferecer um serviço de excelência, com a agilidade e a comodidade que a sociedade espera, bem como infraestrutura, que deve ser mais moderna pelo menos nos grandes centros urbanos. O mais importante não é onde estamos, mas a direção que trilhamos”, revela Haidson.

Brizola lembra que quando ingressou na Previdência Social, a entidade era conhecida como Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e era símbolo de burocracia, morosidade e até objeto de piada: “Lembro particularmente de uma charge em que dois astronautas estavam no espaço, rindo e um deles pergunta: - O que está vendo lá embaixo? Parece uma muralha da China. E o outro responde: - Não, é a fila do INPS. Hoje sinto orgulho de trabalhar numa organização pública, referência no Serviço Público, inclusive premiada internacionalmente pelo modelo de gestão que implantou”. Brizola destaca ainda o atendimento remoto: internet e o 135; o Prevbarco, que oferece serviços à população indígena e ribeirinho do Norte do País; o agendamento eletrônico e a validação dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), onde foi invertido o ônus da prova, ou seja, os dados que estão no sistema não precisam ser comprovados pelo segurado. “Além disso, a estrutura organizacional e a política de ocupação de funções comissionadas, destinadas apenas a servidores da ativa até o cargo de superintendente, valorizam o quadro de servidores, realidade que não vemos em outros órgãos públicos”, acrescenta.

DADOS ESTATÍSTICOS

A Previdência Social é o segundo maior órgão arrecador do País, perdendo apenas para a Receita Federal, além de estimular a economia de vários municípios brasileiros, uma vez que muitos deles são movidos pelos pagamentos de aposentadorias.

De acordo com o Boletim Estatístico da



Há três tipos de aposentadoria: por invalidez, por idade e por tempo de contribuição

Previdência Social (BEPS), publicação mensal da Secretaria de Políticas de Previdência Social do MTPS, elaborado pela Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária do MTPS, dezembro de 2015 contabilizou 32,7 milhões de benefícios emitidos para pagamento, totalizando R\$32,7 bilhões. No mesmo mês, a arrecadação líquida do INSS (que corresponde aos recebimentos próprios deduzindo transferências a terceiros) foi de R\$ 48,7 bilhões. Ainda segundo o BEPS, a evolução dos benefícios concedidos segue uma crescente desde 2000. Desses, a aposentadoria por idade é a mais solicitada e deferida, seguida pela aposentadoria por tempo de contribuição (TC), porém com valores maiores.

Neste período, a previdência registrou 54.654 mil aposentadorias por idade, no valor de R\$51.901.835 milhões, enquanto a aposentadoria por TC teve 27.533 mil concessões no valor de R\$58.436.779 milhões. Esta lógica se inverte quando a clientela é rural, a quantidade e os valores na aposentadoria por idade são maiores. Destaque para Maranhão e Piauí, onde 66,50% e 65,48% respectivamente são benefícios rurais.

UM POUCO DA HISTÓRIA

Desde a época do império já existia um mecanismo de cunho previdenciário. Contudo, somente a partir de 1923, com a aprovação da Lei Eloy Chaves, Decreto Legislativo 4.682, o País adquiriu marco jurídico para sua atuação no sistema previdenciário, que na época era composto de Caixas de

Aposentadoria e Pensões (CAPs). O objetivo era apoiar os trabalhadores das empresas ferroviárias durante o período de inatividade, pois seus sindicatos eram bem mais organizados e tinham maior poder de pressão.

Ao longo da década de 30, o crescimento da população urbana e a ampliação dos sindicatos trouxeram a necessidade de organização previdenciária por categoria profissional, dando origem aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), tais como o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) e o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC). Isso fortaleceu as instituições previdenciárias que foram assumidas pelo Estado, porém essa nova lógica criou distorções entre os institutos. Os que representavam categorias com renda superior tornaram-se politicamente fortes por contarem com mais recursos financeiros e políticos. Dessa forma, era clara a necessidade de um sistema previdenciário único.

A unificação veio primeiramente com a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) 3.807, em agosto de 1960, unificando a legislação e posteriormente o Decreto-Lei 72, de 21 de novembro de 1966, que uniu os seis órgãos da época (IAPM, IAPC, IAPB, IAPI, IAPETEL, IAPTEC) para criar o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). O novo órgão segurava o setor privado, exceto os trabalhadores rurais e domésticos, que só foram contemplados no decorrer da década de 70, finalizando com a Consolidação das Leis e o surgimento do Sistema

Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

Os interesses ideológicos e políticos se adaptaram para gerir um setor de extrema importância à população trabalhadora do País. A constituição de 1988 criou o conceito de Seguridade Social e no seu art. 201 definiu as atuações do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), definindo atuações. Na sequência, em 1990, o órgão foi fundido com o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (IAPAS), que cuidava da parte orçamentária da entidade, transformando-se em Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Para Brizola, as mudanças foram necessárias. “Quando a Previdência Social foi fundada em 1923, a expectativa de vida do homem era abaixo dos 40 anos e hoje está chegando aos 70 anos. É nosso compromisso pensar nas gerações futuras para manter a sustentabilidade do Regime Previdenciário”, conta.

REGRAS DAS APOSENTADORIAS

Mas afinal, quais são as regras atuais para aposentadoria? Seguindo as Instruções

Normativas 77/2015 e 85/2016, como regra geral há três tipos. Aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade (hoje é exigido 60 anos para mulher e 65 anos para homem, com no mínimo 15 anos de contribuição) e aposentadoria por tempo de contribuição (30 anos para mulher e 35 anos para homem).

Para esta última não é necessário idade, mas quanto mais cedo se aposentar, incide uma fórmula que leva em conta a expectativa de vida do segurado e, com isso, diminui sua renda mensal a qual o trabalhador teria direito. Caso não existisse, o famoso Fator Previdenciário. Recentemente, através da Lei. 13.183/2015 este fantasma pode não existir, caso o segurado, somando idade com o tempo de contribuição, feche 85 pontos (mulher) e 95 (homem) Esta regra, no entanto, é progressiva, aumentando um ponto de dois em dois anos. Só para entender, a partir de 31 de dezembro de 2018, para afastar o uso do fator previdenciário, a soma da idade e do tempo de contribuição deve ser 86 (mulher) e 96 (homem) e assim sucessivamente. A lei limita esse escalonamento até 2026, quando a soma pa-

ra as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens 100.

A aposentadoria por tempo de contribuição no Regime Geral leva em conta tudo o que o segurado pagou durante a vida, inclusive de outro Regime, caso queira se aposentar pelo INSS. Além disso, pode ser incluído serviço militar e também aquele que trabalhou como rural, individualmente ou com auxílio da família.

Há também a possibilidade de aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição e aposentadoria especial para algumas categorias profissionais. No entanto, não são casos tão expressivos. O primeiro não compensa em termos de custo/benefício e o segundo depende de um parecer médico que, em sua grande maioria, são negados.

PERÍODO RURAL

Para incluir um período de rural e contar como tempo de contribuição para o Regime Geral da Previdência é necessário agendar um pedido de aposentadoria pelo 135, protocolar e apresentar documentos (Identidade, CPF, comprovante de re-

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) conta com atendimento especializado





Aposentadoria rural requer documentos e provas das atividades rurais

sidência, Carteira Profissional e carnês de pagamento). Se for o caso, é preciso separar também provas de sua atividade como rural (contrato de arrendamento, parcerias, meação, comprovante de cadastro do INCRA, blocos de nota, declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural, entre outros). Essa documentação vai dar base para uma entrevista rural.

A técnica do Seguro Social na agência da Previdência Social Porto Alegre Norte (APSNORTE), Elda Letícia da Silva, trabalha com este tipo de entrevistas e explica: "Faço na APS em torno de 20 entrevistas por mês e, na maioria das vezes, admito que o segurado realmente trabalhou na área rural, mas confesso que não é 100%. Sou bem detalhista com as perguntas. Um dos parâmetros que uso é a quantidade de terra. Se um segurado na entrevista me diz que tem 100 hectares, por exemplo, dificilmente ele terá trabalhado sozinho ou apenas com a família para administrar tudo isso. Ele teve funcionários e isso descaracteriza o direito".

Depois da entrevista, um relatório é criado para análise junto à documentação. Quando não há convicção, o pedido é indeferido e abre espaço para o segurado entrar com Justificação Administrativa (JA). O processo conta com a participação de três testemunhas, sem parentesco até o 3º grau. Elda sinaliza que o servidor pode solicitar mais documentos se não tiver confiança nos fatos, mas enfatiza: "Existe a averbação judicial que pode inclusive ser feita antes do pedido de aposentadoria. Com a sentença favorável, o INSS é obrigado a averbar esse tempo no sistema, garantindo o direito do segurado para um pedido posterior de aposentadoria".

Outra possibilidade é a solicitação de tempo de serviço rural para averbar junto ao próprio Regime, opção para servidores públicos que preferem se aposentar pelos seus próprios estatutos. Neste caso, deve ser solicitada uma Certidão de Tempo de Contribuição. O processo é semelhante, o que difere é que o segurado tem que indenizar o INSS para levar esse tempo, ou seja, fazer um pagamento. Hoje ele é fei-

to de duas formas. Se o período a ser indenizado é abrangido pela decadência, mais de cinco anos, é baseado na remuneração que o segurado ganha no órgão onde trabalha. Geralmente, é o teto, equivalente a R\$ 5.189,82. Sobre esse valor é aplicada uma alíquota de 20% que, após apurada, incidirá juros moratórios de 0,5% ao mês, capitalizados anualmente, limitados ao percentual máximo de 50% e multa de 10%. Muitas vezes o pagamento fica inviável, tendo em vista o tempo decorrido. Caso o período solicitado seja posterior a 2011 (não decadente), o pagamento vem do valor declarado pelo segurado no ato da entrada do requerimento, observando o limite mínimo e máximo da instituição.

Outro período que pode ser somado à aposentadoria por tempo de contribuição é o de aluno aprendiz, estudantes internos das escolas técnicas agrícolas. Neste caso, o tempo trabalhado tem que ter sido remunerado de alguma forma e deve ser provado. Por isso, poucos conseguem esta vantagem. 🌱

De que forma as instituições de ensino podem contribuir para o desenvolvimento local?

POR CLAUDENIR BUNILHA CAETANO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO E EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O tema do desenvolvimento local vem sendo, nos últimos anos, objeto de intensos debates entre especialistas. A definição mais aceita descreve o desenvolvimento local como uma estratégia que deve assegurar para o território em questão – comunidade, município ou microrregião – uma melhoria das condições socioeconômicas, a médio e longo prazo. A lógica deste conceito é de caráter fundamentalmente endógeno, pois necessita do surgimento e fortalecimento dos atores locais, com capacidade de incentivo e proposta socioeconômica para catalisar as potencialidades locais.

Uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o local como referência territorial (no sentido de lugar) e que ganha força na Europa a partir dos anos 80, quer aproximar-se das pessoas, apoiar-se na solidariedade comunitária e instrumentalizar a comunidade, envolvendo-a efetivamente na superação dos problemas e na promoção do desenvolvimento endógeno (Gobierno Vasco, 1994).

O tema do capital social também tem despertado nos últimos anos grande interesse entre estudiosos de diversas especialidades e teóricos de desenvolvimento. Kliksberg (1999) comenta que uma onda recente de investigações tem indicado que o capital social fortalece o tecido social, proporcionando o desenvolvimento local e apostando em uma melhora integral na qualidade de vida da população.

Hoje, o assunto encontra-se em evidência como novo conceito de promoção do bem-estar social. Há muitas organizações em todo o mundo que o promovem. A definição pura do termo corresponde à totalidade de todas as medidas realizadas, por parte do poder público e da iniciativa privada na esfera local, que projetam o aumento do grau da competitividade dos municípios. Esta definição, por mais que seja correta, não indica a razão pela qual este conceito ganhou, ultimamente, tanta atenção. O ponto de partida para o surgimento de políticas focadas no aspecto territorial do fomento da economia tem a ver com a liberalização das economias nacionais e da globalização.

É importante observar que quanto mais se desenvolve a globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno. Na realidade, a nossa cidadania se exerce em diversos níveis, mas é no plano local que a participação pode se expressar de forma mais concreta.

Esta visão de que podemos ser protagonistas da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não espera, mas faz, constitui uma das mudanças mais profundas que pode ocorrer em um país. Isso converte a atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente ou de pessimismo passivo e devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, desde que haja uma

dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços.

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar seu entorno e gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas também os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria localidade até os potenciais econômicos da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isso começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la.

Há uma dimensão pedagógica importante neste enfoque. A realidade e as vivências dos educandos, quando trabalhadas de forma científica e organizada, começam a encontrar sua identidade, além de fazer com que eles se apropriem e construam seu conhecimento. Pois, além do currículo tradicional, devem conhecer e compreender a realidade onde vivem e onde serão chamados a participar como cidadãos e como profissionais. O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais de pessoas informadas sobre a realidade em que vivem e trabalham.

É fundamental que os gestores e professores tenham consciência de que somente o conteúdo programático não é suficiente para que os educandos tenham o conhecimento necessário

Pessoas desinformadas não participam e, sem participação, não há desenvolvimento. O envolvimento mais construtivo do cidadão tem início em sua própria cidade, nos seus entornos, na região onde cresceu, ao articular-se com pessoas que conhece diretamente e com instituições concretas que fazem parte do seu cotidiano. Trata-se de fechar a imensa brecha entre o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve.

É fundamental que os gestores e professores tenham consciência de que somente o conteúdo programático não é suficiente para que os educandos tenham o conhecimento necessário, capaz de provocar mudanças de hábitos onde se começa a praticar a cultura do Desenvolvimento Local Sustentável. O conhecimento da região e as oficinas que proporcionam formas de aprimorar as qualidades e a real vocação da comunidade escolar são fundamentais para melhorar a qualidade de vida de uma comunidade e município. Com o peso crescente das iniciativas



locais, é natural que se espere da educação mais do que conhecimentos gerais, mas também a compreensão de como esses conhecimentos gerais se materializam em possibilidades de ação no plano local. Para Freire (2000, p. 37), educar é substantivamente formar, por isso o ensino dos conteúdos não pode se dar alheio à formação moral e estética do educando. Um ensino tecnicista, com foco apenas no treinamento, diminui o que há de fundamentalmente humano na educação: seu caráter formador.

Temos que buscar e articular cada vez mais o entorno rural com a área urbana, através do movimento de pequenas e médias propriedades para o lazer rural da população urbana com pousadas simples, mas em ambiente agradável, com alimentação diferenciada, entre outras atividades rurais que se complementam com a cidade. Além disso, estas atividades na propriedade podem complementar a renda urbana ou gerar serviços descentralizados de educação e saúde. Assim, um espaço articulado e complementar entre o campo e a cidade é criado. Segundo Graziano da Silva (1997), onde antes havia a divisão nítida entre o “rural” e o “urbano”, agora aparece o que tem sido chamado de “rurbano”.

No território assim constituído, as pessoas passam a se identificar como comunidade, a administrar conjuntamente problemas que são comuns. Este “aprender a colaborar” se tornou suficientemente importante para ser classificado como um capital, uma riqueza de cada comunidade, sob a forma de capital social.

Resumidamente, pode-se definir capital social como um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade, contidos numa comunidade, que facilitam a produção de capital físico e capital humano. Nas palavras de um dos principais teóricos do capital social na atualidade, Putnam (2000 p.19), “enquanto capital físico refere-se a objetos físicos e capital humano refere-se às propriedades dos indivíduos, capital social refere-se às conexões entre indivíduos, redes sociais e normas de reciprocidade e confiança que aumentam a produção de capital físico e capital humano”.

A educação não pode se limitar a constituir para cada educando um tipo de estoque básico de conhecimentos. As pessoas que convivem num território têm de passar a conhecer os problemas comuns, as alternativas, os potenciais. A escola passa assim a ser uma articuladora entre as necessidades do de-

envolvimento local, e os conhecimentos correspondentes. Não se trata de uma diferenciação discriminadora, do tipo “escola pobre para pobres”. Como coloca Freire (1996), trata-se de uma educação mais emancipadora na medida em que assegura ao jovem os instrumentos de intervenção sobre uma realidade que é a sua.

O processo que se busca é de duplo sentido. Por um lado, leva a escola a formar pessoas com maior compreensão das dinâmicas realmente existentes para os futuros profissionais. Por outro lado, conduz estas dinâmicas a penetrarem no próprio sistema educacional, enriquecendo-o. Assim, os professores terão maior contato com as diversas esferas de atividades e tornar-se-ão, de certa maneira, mediadores científicos e pedagógicos de um território, de uma comunidade. Esta requalificação dos professores poderá ser muito rica, pois eles serão naturalmente levados a confrontar o que ensinam com as realidades vividas, sendo de certa maneira colocados na mesma situação que os educandos, que escutam as aulas e enfrentam a dificuldade em fazer a ponte entre o que é ensinado e a realidade concreta do seu cotidiano. Segundo Freire (1983, p. 67), a educação de forma vertical e antidialógica, a concepção bancária de ensino “educa” para a passividade, é oposta à educação que pretenda educar para a autonomia. Na medida em que essa educação sem práxis nega a criatividade, não há transformação, não há saber e os homens não podem tornar-se autônomos.

O que queremos é uma escola questionadora e mais articuladora dos diversos espaços do conhecimento que existem em cada localidade, em cada região. E educar os educandos de forma que se sintam familiarizados e inseridos nesta realidade.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social y cultura**. Claves olvidadas del desarrollo. Coordinada del instituto interamericano para El desarrollo social (INDES/BID)1999.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: the collapse and revival of American community** - Simon & Schuster, New York, 2000; o seu estudo sobre a Itália, *Making Democracy Work*, foi traduzido no Brasil como **Comunidade e Democracia**.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia. v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GOBIERNO BASCO. **Estudios de economia**, manual de desarrollo local. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Economia y Hacienda, 1994

“Os técnicos agrícolas vivem hoje seu melhor momento”

LUIZ ROBERTO DALPIAZ RECH

Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Sintargs)

O Rio Grande do Sul já responde por 11 mil técnicos agrícolas sindicalizados, que se soma a mais uma parcela de 25 mil profissionais que desempenham atividades nos mais variados setores, desde a área da extensão rural, cooperativismo e até em prefeituras. Para entender melhor o trabalho realizado pelo Sindicato que atua em prol destes profissionais, a revista Letras da Terra entrevistou o técnico agrícola por formação que fez carreira na Secretaria Estadual de Agricultura e hoje é o presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul, Luiz Roberto Dalpiaz Rech.



De que forma você analisa o contexto atual da profissão de técnico agrícola no Estado?

Podemos afirmar com grata alegria que os técnicos agrícolas vivem hoje seu melhor momento. No Rio Grande do Sul, já somos 11 mil sindicalizados, enquanto outros 25 mil desempenham suas atividades profissionais em vários setores: na área da extensão rural, cooperativismo, aviação agrícola, avicultura, sanidade animal e até junto às prefeituras, onde seus serviços inestimáveis ampliam o sistema econômico dos municípios. cremos que este número tende a aumentar, pois, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), até meados de 2019 o Brasil terá um índice de crescimento na área agrícola perto de 40%. Com isso, a procura por profissionais do gênero vai multiplicar, o que incluirá, naturalmente, o técnico agrícola.

Como é o trabalho do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul?

A maior função dos sindicatos é representar os interesses de seus sindicalizados,

sob determinada jurisdição, buscando sempre e cada vez mais o seu bem-estar. O Sintargs foi criado no dia 11 de novembro de 1987 e está organizado em 28 regionais, cobrindo todos os municípios do Estado. Temos excelente assessoria jurídica, coordenada pelo colega e advogado Dr. Dirceu Boniatti e firmamos Dissídio Coletivo com Emater, Ocergs, Sipargs e Sindag. Visamos para muito breve, o setor fumageiro. Também estamos empenhados com a elaboração de um Plano de Cargos e Salários para os técnicos da Secretaria Estadual da Agricultura. Além disso, produzimos um documentário intitulado “O Técnico Agrícola”, que será distribuído gratuitamente para todas as escolas agrícolas, e lançamos cinco campanhas: “Conselho profissional JÁ”, “Técnico Agrícola – Filie-se agora ao Sintargs”, “Ensino Técnico de Qualidade, nós apoiamos”, “Toda escola deve ensinar técnicas agrícolas” e “Etanol Gaúcho – um projeto para o RS”.

Você pode falar um pouco mais sobre a campanha do etanol gaúcho?

Embora nosso Estado tenha como vocação

tradicional a produção agrícola, detém apenas 0,17% do consumo interno de etanol, ou seja, quase nada. Para atender à demanda interna, que é de 1,3 bilhões de litros/ano, o RS busca em outros estados. Nossa sugestão é que o etanol se produza com matérias-primas das culturas de ciclo curto, tais como o arroz gigante, o sorgo, o triticale e a batata-doce. Além de gerar empregos para um número expressivo de técnicos agrícolas, cerca de 800 profissionais, pode render ainda R\$ 1,4 bilhões em impostos para a economia gaúcha.

Uma das principais bandeiras levantadas pelo Sindicato é o desmembramento do Conselho dos Técnicos Industriais e Agrícolas do sistema CONFEA/CREA, que já tramita no Congresso para beneficiar mais de 1 milhão de técnicos em todo o Brasil. Por que criar um conselho próprio?

Historicamente, os técnicos vêm sendo discriminados e menosprezados em seus direitos profissionais. Enquanto escolas e institutos formam os profissionais de nível técnico, os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREAs), em seus res-

ENTREVISTA

pectivos estados, impedem que eles exerçam a profissão de maneira mais ampla. Apesar de responderem por 43% dos profissionais cadastrados no sistema CONFEA/CREA, pagando valores abusivos de contribuição, não têm sequer o direito de representação nas instâncias deliberativas, nem podem receber votados nas plenárias para a defesa de seus interesses dentro dos conselhos federais e regionais. O sistema não respeita as atribuições profissionais dos técnicos definidas na Legislação (Lei nº 5.524/68 e Decreto nº 90.922/85). E, para dificultar ainda mais, sistematicamente, o sistema edita resoluções e normas ilegais, senão arbitrárias, para impedir que os profissionais, cujo trabalho é vital para o desenvolvimento do Brasil, exerçam suas atividades. Isso tem levado as entidades representativas dos técnicos e os próprios profissionais a ingressarem com inúmeras ações na justiça para garantir direitos que já se encontram protegidos por lei.

Quais entidades lideram a criação do conselho próprio e como está a situação atual do processo?

A criação do conselho próprio só está sendo possível graças ao empenho da Associação dos Técnicos do Brasil (Atabrasil) e da Federação Nacional dos Técnicos Industriais (Fentec). Sob a liderança de Carlos Dinarte Coelho e Wilson da Silveira, com apoio de vários parlamentares, entre eles, o técnico agrícola e deputado federal, Giovani Cherini, o projeto de lei já se encontra na Casa Civil para ser encaminhado ao Congresso Nacional. Desde então, são inúmeras as cansadíssimas audiências de idas e vindas a Brasília.

E o que pode ser dito sobre o Piso Nacional da categoria, cujo projeto de lei tramita no Congresso Nacional?

A Atabrasil tem pressionado muito para que o Projeto de Lei nº 2861/08, que cria o Piso Salarial do Técnico seja votado e aprovado. A entidade conseguiu com que 48 deputados solicitassem regime de urgência. É um trabalho árduo, mas a expectativa é boa.

Em um cenário marcado por demissões, orçamento reduzido e ameaça da perda de filantropia, a Emater tenta continuar realizando o trabalho de extensão rural junto aos agricultores gaúchos. Enquanto

isso, uma audiência pública realizada em junho do ano passado indicou a formação de um grupo de trabalho para acompanhar a execução do orçamento do Estado para a agricultura. O que está sendo feito desde então?

A Sintargs participou ativamente de mobilizações, movimentos e autoridades governamentais, inclusive com a bancada gaúcha no Congresso Nacional em defesa da Emater, seriamente ameaçada de perder o certificado de entidade filantrópica, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Relewa destacar, no entanto, que de nada adiantará garantir a filantropia da Emater e, ao mesmo tempo, contingenciarem recursos do orçamento estadual para a agricultura e para a extensão rural. Hoje temos cerca de 600 técnicos agrícolas que trabalham na Emater. Destes, 15 são gerentes ou subgerentes. Muitos chefiam escritórios municipais. Estamos dando a nossa contribuição.

O Sindicato dos Técnicos Agrícolas do RS tem atuado junto às escolas agrícolas, o que pode ser feito para fortalecer o ensino técnico e incentivar a criação de cooperativas escolares?

Há muito tempo, o Sintargs reivindica a alteração da Lei nº 11.123/98, que cria a Superintendência da Educação Profissional, com o objetivo de modernizá-la e promover a inclusão da entidade no Conselho de Planejamento da instituição. Não entendemos por que, até hoje, a disciplina de legislação profissional ainda não foi incluída no currículo. Isso nos obriga a percorrer as escolas (e para isso contamos com o apoio dos diretores e professores técnicos) a fim de levar aos alunos informações sobre as atribuições profissionais garantidas pela Lei nº 5.524/68, Decreto nº 90.922/85 e sua alteração no Decreto nº 4.560/02. Em relação à criação de cooperativas nas escolas, entendemos ser de vital importância para município, Estado, País e, quiçá, o mundo! Cooperativismo é a palavra de ordem. Por isso, ratificamos junto ao secretário Vieira da Cunha uma antiga reivindicação da AGPTEA, que propõe a alteração da Lei nº 10.575/95. Assim, as cooperativas seriam juridicamente reconhecidas. Através delas é possível gerar renda a partir das unidades educativas de produção, de forma organizada, democrática e transparente. 🌱



O alimento como ferramenta de aprendizagem na escola

POR JOANA CICCONETO

PROFESSORA DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

POR ANELIZE SOUZA MULLER

PROFESSORA DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

A gravidade dos problemas agrários tem sido citada por diversos autores na última década, junto com a urgência da construção de uma educação no campo que não seja o transplante do modelo urbano. A reestruturação do Ensino Médio no Brasil afeta também o Ensino Profissionalizante. No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Educação fomenta, financeira e pedagogicamente, o desenvolvimento de atividades que tenham a Agroecologia como ciência norteadora.

O Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo (CEEPRO), nos últimos anos, passou a ofertar seus cursos profissionalizantes de modo integrado ao Ensino Médio. Essas mudanças acabam desafiando os profissionais de educação a repensar a forma de trabalhar seus componentes curriculares, a abandonar o pensamento do “aprender fazendo” para reconstruí-lo de forma a “aprender pensando”. Desta forma, ao trabalhar os componentes curriculares que envolvem a produção de hortaliças, plantas medicinais e alimentícias, criam-se novos espaços de aprendizagem que vão além de ensinar a produzir: realizam um resgate social, cultural e ambiental da produção desse alimento.

SABOREANDO AS LIÇÕES APREENDIDAS

Por se tratar de uma escola de tempo integral, os estudantes realizam três refeições diárias na instituição, cujo cardápio é designado pela Secretaria de Educação do Estado a partir dos alimentos produzidos nas atividades práticas. Durante o ano de 2014, aproximadamente 90% das hortaliças servidas no almoço foram produzidas de maneira agroecológica no espaço da escola.

As ervas condimentares e as aromáticas foram estudadas, coletadas e enviadas para o preparo do alimento diário da escola, com a finalidade de aprimorar o sabor dos alimentos e substituir a presença de temperos industrializados. Com as plantas medicinais, foram preparadas bebidas como sucos e chás. As plantas alimentícias não convencionais foram estudadas e colhidas de acordo com sua es-

tação de crescimento e incorporadas à salada.

Além disso, os docentes conversam com os estudantes dos primeiros anos sobre o uso das plantas e hortaliças disponibilizadas no cardápio. Esse diálogo vem fortemente relacionado com os conhecimentos trabalhados em sala de aula, com a produção da aula prática e com o consumo. Também fez parte do debate a questão da sazonalidade, a biodiversidade alimentar e a riqueza nutricional para a saúde, entre outros temas de suma importância.

REFLEXÕES SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A pesquisa sobre alimentação escolar na fase da infância (educação infantil e ensino fundamental) realizada em 2014 no CEEPRO instigou várias reflexões. Acredita-se que quando o ambiente escolar valoriza e entende que o alimento pode servir como uma ferramenta de aprendizagem aliada ao ensino profissionalizante, a valorização do alimento será, de fato, apreendida e difundida pelos estudantes.

Entende-se que alguns programas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são iniciativas positivas para o incentivo de melhorar a qualidade da alimentação nas escolas. Dessa forma, quando alia-se essas iniciativas às práticas pedagógicas, reforçam-se as políticas desenvolvidas em diferentes esferas.

É nas ações realizadas no contexto escolar que a educação acontece.

Efetivar o reconhecimento e a compreensão do uso das plantas no cotidiano estimula a promoção de profissionais que busquem novas alternativas para manutenção da diversidade no meio rural. O perfil profissional que se busca formar no CEE-

PRO é um perfil que considera, além da visão econômica, o desenvolvimento social, cultural e ambiental dos seres humanos. Como desafio principal, busca-se promover a qualificação técnica continuada dos estudantes, para que desenvolvam trabalhos focados nos princípios agroecológicos, sejam eles nas áreas de educação, saúde ou agricultura.



Experiências de docentes em sala de aula: desafios e possibilidades

POR MARIA HELENA SCHNEID VASCONCELOS
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E MESTRE EM ENSINO DE CIÊNCIAS EXATAS

Ser professor sempre foi um grande desafio, mas o ensino já não é mais o mesmo. A rotina é cada vez mais alucinante e, saber o conteúdo de um livro, não basta para planejar uma aula. Com as novas tecnologias e metodologias é preciso estar sempre atualizado, procurar novidades, preparar aulas com materiais, jogos e atividades motivadoras para complementar o ensino.

Talvez a maioria dos professores ainda não tenha percebido que anotar as experiências vividas em sala de aula é tão importante quanto planejar o conteúdo e pode se tornar um dos principais instrumentos para refletir sobre o trabalho desenvolvido. O registro de impressões e descobertas permitem avaliar o que pode ser melhorado. Aqui entra o lúdico, um dos instrumentos que pode ser aplicado como novo método em sala de aula. É algo divertido, que as pessoas realizam com prazer e que remete à brincadeira, à infância, à alegria. É algo que se relaciona à esfera do emocional e, por isso mesmo, reflete uma experiência prazerosa.

ATIVIDADES LÚDICAS NA HISTÓRIA

A professora de história de uma instituição pública federal fez o seguinte comentário: “Eu utilizo o lúdico por meio de atividades que requerem imaginação, criatividade e que mobilizam elementos artísticos. Procuro associar o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula com tarefas a partir das quais os alunos possam trabalhar em equipe e também possam se divertir durante o processo. Utilizo música, fotografia, pintura, entre outras possibilidades, porque acredito que traz bons resultados em termos de aprendizagem. O conteúdo programático acaba por ser trabalhado de modo divertido, o que reflete em uma maior adesão dos estudantes àquilo que o professor propõe. O lúdico auxilia a estabelecer laços e faz com que os alunos atribuam significado à matéria evidenciada em aula. O teatro em sala de aula é outro bom exemplo, pois permite que o aluno acesse um maior conhecimento de seu próprio corpo, aprenda a se expressar e, certamente, a ressignificação do conteúdo a partir de um roteiro e da fala entre personagens possibilita que ele recorde os tópicos da matéria trabalhada”.

ATIVIDADES LÚDICAS NA MATEMÁTICA

Ensinar matemática é desenvolver o raciocínio lógico, estimular o pensamento, a criatividade e a capacidade de resolver problemas. O aspecto lúdico é uma característica fundamental do ser humano, por isso, podemos dizer que o desenvolvimento da criança está intimamente relacionado à ação de jogar. As atividades lúdicas (jogos, brincadeiras, brinquedos) devem ser vivenciadas pelos educadores. Conforme Vale (1999), introduzir conceitos matemáticos, através da utilização de materiais manipuláveis, pode fazer com que a disciplina se torne visível e que

as ideias abstratas tenham significado através de experiências com objetos reais. Numa situação de aprendizagem com materiais, os vários sentidos do aluno são ativados através do contato e da movimentação, envolvendo-os fisicamente. Esta interação é favorável à aprendizagem. Neste sentido, aprender torna-se um processo ativo de construção do conhecimento significativo.

ALINHANDO A INFORMÁTICA AO LÚDICO

Segundo o professor de matemática de uma instituição estadual, a aplicação da Informática nas aulas de Matemática foi uma grande redescoberta. Utilizando os exercícios sobre exponencial realizados na sala de aula, o professor montou com os alunos uma planilha no Excel para que o programa pudesse mostrar os gráficos das funções estudadas. Depois de pronta, cada dupla inseriu na planilha os dados das funções estudadas em sala de aula e comparou com os gráficos feitos no caderno. Dessa forma, os alunos puderam corrigir seus exercícios de maneira intuitiva e autônoma.

Em outra oportunidade, o professor trabalhou o conteúdo de matemática de forma lúdica junto com a informática através do site do ROBO ED: <http://www.ed.conpet.gov.br/br/converse.php>. De acordo com o docente, por meio desse software, os alunos puderam “conversar” sobre assuntos relacionados à matemática e às ciências, enquanto o robô respondia prontamente às perguntas escritas por eles. O que chamou a atenção foram as respostas bem elaboradas. Para completar, o professor salientou que “a Informática pode ser usada na docência de qualquer disciplina, de maneira que o determinante para o sucesso é a maneira como o docente planeja sua aula”.

Portanto, os recursos podem ser os mesmos ou até diferentes, a forma como são usados nas disciplinas é que faz a diferença. Os desafios e as possibilidades são frutos da habilidade e criatividade de cada professor.

BIBLIOGRAFIA

- ADILHA, Maria Auxiliadora Soares. OS MODELOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL COMO UM DIVISOR DE ÁGUAS. Revista Reflexão e Ação. Vol. 21. nº especial, 2013.
- A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA VIDA DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES. Colégio Eduvale. Olímpia, São Paulo, 05 maio 2014. Disponível em: http://www.eduvale.br/colégio/index.php?abbree=pagina&id_editoria=39&id=564 Acesso em 05 maio 2014.
- MATHIAS, Carmen Vieira; VASCONCELOS, Janilse Fernandes Nunes; FAGAN, Solange Binotto. **Objetos de aprendizagem na educação infantil. CINTED-UFRGS Novas Tecnologias na Educação**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 1, jul. 2009.
- MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2007.
- SILVA, R. L. Lazer e gênero: **suas relações com o lúdico**. In: SCHWARTZ, G. M. (Org.). **Dinâmica lúdica: novos olhares**. Barueri: Manole Ltda., 2004.
- VALE, I. **Materiais manipuláveis na sala de aula: o que se diz o que se faz**. Atas Prof. Mat. (pp. 111-120). Lisboa: Associação de Professores de Matemática, 1999. <http://www.ed.conpet.gov.br/br/converse.php>

A evolução da agricultura baseada em alimentos orgânicos



POR LUIZ FELIPE BORGES MARTINS

GRADUADO EM GESTÃO AMBIENTAL ESPECIALISTA EM DIREITO AMBIENTAL E MESTRE EM ECOLOGIA APLICADA

POR THAIS MELEGA TOMÉ

BIÓLOGA E MESTRANDA DO PROGRAMA DE GENÉTICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS ESALQ/USP

POR LEONARDO PRETTO DE AZEVEDO

AGRÔNOMO, MESTRE E DOUTOR EM IRRIGAÇÃO E DRENAGEM UNESP

Até meados do Séc. XVIII a produção de alimentos era desenvolvida principalmente associada ao cultivo de arbustos e árvores nativas (agroflorestal), com práticas que envolviam a rotação dos cultivos e também a utilização de matéria orgânica para uma melhor produtividade. A escolha das espécies cultivadas priorizava a utilização de plantas adaptadas às condições locais, rusticidade e resistência às pragas e também aos fatores climáticos. O controle de pragas e doenças era realizado principalmente de forma manual e com soluções caseiras, preparadas a partir de ervas específicas.

No final do Séc. XVIII, iniciou-se um período em que a busca pela alta produtividade e a expansão do agronegócio tornaram-se o objetivo principal da agropecuária. Novas tecnologias de produção agrícola promoveram a Primeira Revolução Agrí-

cola, aumentando a produtividade e também a oferta de alimentos, ao serem utilizadas, principalmente, práticas de adubação verde e de diversificação de cultivos. Neste cenário, a seleção de cultivares, baseada na resistência e tolerância às pragas, combinadas com as melhores características comerciais parecia ser o melhor caminho.

Foi então que no início do Séc. XIX o desenvolvimento de maquinários adaptados às características específicas das culturas comerciais e a produção de fertilizantes e pesticidas deu um grande salto. Este momento, que ficou conhecido como Segunda Revolução Agrícola, aumentou a produção mundial de alimentos para uma população que cresceu significativamente – em 1800 a população mundial era estimada em aproximadamente 1 bilhão de pessoas e, em quase 100 anos, este número

dobrou.

Infelizmente, as tecnologias e práticas utilizadas não se preocupavam com a preservação do meio ambiente e a saúde humana. Os agroquímicos, utilizados no combate às pragas e doenças, intensificaram o desequilíbrio no funcionamento dos ecossistemas ao contaminar solos, corpos d'água (superficial e subterrânea) e intoxicar trabalhadores no meio rural.

O modelo de agricultura desenvolvido após a 2ª Guerra Mundial (fruto da Segunda Revolução Agrícola), conhecido como Convencional ou Moderno, resultou em uma expansão significativa na produção de alimentos. O objetivo era maximizar a produção, enquanto a preocupação com a degradação e a contaminação dos ecossistemas locais não tinha um papel de destaque na vida dos grandes produtores rurais.

Foi neste período que as reações con-

trárias a estas práticas surgiram em diversos locais, no caminho da agricultura ecológica, que se tornou a base para a atual Agroecologia e a Agricultura Orgânica que conhecemos tal qual é hoje.

AGRICULTURA QUE PRESERVA O MEIO AMBIENTE

A Agricultura Orgânica, em sua essência, é um sistema de produção agrícola baseado em princípios ecológicos que auxiliam na preservação ao meio ambiente através do manejo adequado dos recursos naturais e do solo, a nutrição vegetal, a proteção das plantas e a valorização dos recursos humanos.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) determina que na Agricultura Orgânica não seja permitido o uso de substâncias que coloquem em risco o meio ambiente e a saúde humana, fertilizantes sintéticos solúveis, agroquímicos e transgênicos (organismos geneticamente modificados). E aponta ainda que para ser considerado orgânico, o produto tem que ser produzido em um ambiente que tenha como base os princípios agroecológicos que contemplem o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, sendo respeitadas as relações sociais e culturais conjuntamente.

Há diversos casos de sucesso quando o assunto é produção orgânica, já que este sistema traz características peculiares que propiciam vantagens ao produtor rural. Primeiramente, é um sistema comprometido com a saúde, a ética e a cidadania do ser humano e apresenta características próprias. Diferentemente da agricultura moderna, que não utiliza organismos que tiveram o seu código genético (gene) modificado em laboratórios, como já acontece com a maior parte da soja, milho e algodão produzidos no Brasil.

O processo orgânico evita a mobilização excessiva dos agregados e da estrutura do solo e utiliza-se de técnicas de plantio direto, cultivo intercalar, cultivo em faixa ou bordadura, por exemplo, no intuito de atender o objetivo maior que é a manutenção da matéria orgânica de qualidade e o equilíbrio do solo em longo prazo.

A Agricultura Orgânica tem aumentado

sua participação cada vez mais nos últimos anos. Entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015, a quantidade de agricultores que optaram pela produção orgânica passou de 6.719 para 10.194, um aumento de cerca de 51,7%, segundo dados do MAPA. Os motivos deste crescimento devem estar relacionados às vantagens que este sistema traz:

- Oferta de alimentos comprovadamente saudáveis: produz alimentos livres de resíduos e de contaminação por substâncias tóxicas;
- Evita a contaminação ambiental e melhora a qualidade de vida do produtor: a ausência de agroquímicos em sua cadeia produtiva evita a intoxicação aguda e crônica dos trabalhadores rurais, e evita-se também a contaminação dos ecossistemas do entorno da propriedade e de mananciais d'água;
- Propicia o equilíbrio saudável da natureza: os produtos utilizados não afetam o ecossistema ou apresentam baixo impacto ambiental associado, sem efeito residual;
- Auxilia a resistência das plantas: procura-se desenvolver processos que fortaleçam a resistência natural e que ativem os mecanismos de defesa da planta, e quando necessários, são utilizados defensivos alternativos e naturais;
- Atendimento a uma demanda crescente: com o aumento do número de estudos relacionados aos malefícios associados ao uso de agroquímicos, cada vez mais os consumidores finais destes produtos procuram alternativas para deixar de consumir alimentos que utilizaram produtos nocivos à sua saúde e a demanda por produtos que apresentam segurança alimentar tem aumentado gradativamente;

Quando um produtor rural decide adotar práticas relacionadas ao sistema de produção orgânica, a certificação é um caminho confiável que garantirá uma melhor

credibilidade ao seu produto perante o consumidor. Este processo atesta que determinada propriedade rural enquadra-se dentro de todos os princípios deste sistema e que também atende as normas técnicas estabelecidas pela legislação vigente – e ainda agrega um maior valor ao produto final. Isso é muito importante, uma vez que oportunistas têm utilizado a “bandeira” do orgânico, vendendo produtos da agricultura convencional (com a utilização de agroquímicos) por um valor maior ao de mercado do produto. A certificação garante a qualidade e a procedência do produto.

É importante destacar que a transição da agricultura convencional para a orgânica não é um processo simples, pois não basta substituir agroquímicos por produtos alternativos e naturais. É mais do que isso: envolve diversos fatores ambientais, conservacionistas, sociais, éticos e de segurança alimentar. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores é a adaptação para uma consciência de recuperação e preservação do meio ambiente, que pode demorar.

Nos anos iniciais da conversão de sistemas, o produtor ainda pode sofrer reflexos e consequências do manejo convencional devido ao possível esgotamento dos recursos naturais em sua propriedade. Durante a transição, o produtor também deve atentar-se ao fato de que precisará de um novo mercado para seus produtos, antes convencionais. No entanto, em longo prazo o sistema apresenta-se como uma das melhores alternativas frente às mudanças de consumo que estão ocorrendo em escala global. O aumento significativo de propriedades e produtores rurais certificados orgânicos é reflexo desta oportunidade única de mercado.

Adotar atitudes inovadoras é um começo difícil, mas quando se trata da qualidade de vida dos seres humanos, é imprescindível. Dessa maneira, o comprometimento com a sociedade no âmbito alimentar deve ser cada vez mais rigoroso, pensando sempre, em priorizar a saúde e o bem-estar da nossa e das futuras gerações. Devemos estar sempre atentos às novas oportunidades e alternativas que se mostrarem favoráveis ao equilíbrio ecológico para garantir qualidade de vida. A agricultura orgânica apresenta-se com um futuro muito promissor e mais sustentável para todos nós. 🌱

O Plano Nacional de Educação em perspectiva

POR VINÍCIUS LIMA LOUSADA
MESTRE E DOUTOR EM EDUCAÇÃO

Em 2014 foi promulgada a Lei nº 13.005 de 25 de junho, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), entre outras providências, colocando-o em vigor para a nação brasileira durante 10 anos. O PNE, previsto no artigo nº 214 da Constituição Federal, configura-se em um plano decenal que objetiva articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração entre os entes federados, definindo diretrizes, metas e estratégias para as políticas educacionais no transcurso de sua vigência.

No que tange sua configuração, o texto final do PNE traz consigo 20 audaciosas metas que, podendo ser agrupadas por seu caráter, versam desde questões estruturantes até aquelas vinculadas à educação superior. As primeiras metas do PNE são, marcadamente, de políticas estruturantes, tendo em vista a garantia do direito à educação básica de qualidade, com potencialidade para a promoção do acesso, universalização e ampliação das oportunidades educacionais.

A seguir, figuram metas que guardam por objetivo a redução das desigualdades educacionais e valorização da diversidade; adiante, vamos verificar metas que procuram dar conta da temática da valorização dos trabalhadores da educação, estratégica para a execução exitosa dos grupos anteriores de metas e, por fim, delineiam-se as metas concernentes ao ensino superior.

É de bom alvitre recordar que a Carta Magna – no que tange a então futura legislação em torno do PNE – prescreveu que ela definisse diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, assegurando a manutenção e o desenvolvimento do ensino, na sua diversificação legal, de modo a conduzir aos seguintes objetivos que dizem respeito, indubitavelmente, a um projeto de nação orientado pela manutenção e garantia do direito fundamental à educação, tendo por horizonte utópico: a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a melhoria da qualidade do ensino; a formação para o trabalho; a promoção humanística, científica e tecnológica do País,

além da aplicação de recursos públicos em educação de forma proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB). Evidentemente, utopia deve ser entendida aqui na perspectiva esperançosa de Freire (2006) como inédito viável, ou seja, algo que não sucedeu ainda, mas é plenamente possível desde que todos os sujeitos envolvidos no processo histórico de materializá-lo se engajem e as circunstâncias materiais da luta política permitam.

olvidar que a questão ambiental conquistou excelente guarida na legislação educacional brasileira com a Política Nacional de Educação Ambiental, promulgada com a Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999.

Em torno da Educação Profissional (EP), situada na meta de nº 11, o PNE objetiva triplicar matrículas no nível médio, comprometido com a qualidade e 50% da expansão na oferta pública e gratuita. Nesse sentido, o PNE sinaliza para a expansão das matrículas na Rede Federal, destacando o papel estratégico dos Institutos Federais, dada a intencionalidade do ato de sua criação para a organicidade com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, tanto quanto para a interiorização da EP em todo o território nacional. Igualmente, há a demanda de expansão na rede estadual de ensino e a ampliação da EP na modalidade de educação a distância. Dentre as demais estratégias, destacam-se a institucionalização de um sistema de avaliação da

EP, a transversalidade com as políticas de educação inclusiva e a ampliação do investimento em assistência estudantil, fortemente relacionada com a permanência e êxito dos educandos.

Cabe, em meu ponto de vista, às educadoras e aos educadores não somente acompanhar a execução do PNE, mas identificar as metas e estratégias do setor educacional em que se encontram situados e desenvolver ações coletivas em prol do direito à educação pública, gratuita e de qualidade como políticas de Estado, orientadas por um projeto de nação, jamais aprisionadas em um programa de governo e, portanto, descartáveis na transição dos cargos políticos em nossa democracia ainda a amadurecer através da vida saudável de suas instituições e mediante a cidadania.

BIBLIOGRAFIA

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.



O PNE definiu diretrizes para a educação nacional que reforçam a utopia acima descrita e a ampliam, trazendo diretrizes relativamente novas, tais como: promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. O princípio de gestão democrática já fora preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no inciso VIII de seu artigo 30 e ganha reforço no PNE. A pauta dos Direitos Humanos, por exemplo, estava incluída como tema transversal na LDB e, posteriormente, vai ter suas diretrizes definidas na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), antes da publicação do Plano com o qual nos ocupamos. Já a pauta da diversidade étnico-racial estava apontada na LDB e encontra respaldo anterior na Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 que, por sua vez, altera a LDB e inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. E não podemos

RELAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS AGRÍCOLAS DO ESTADO

MUNICÍPIO	CRE	ESCOLAS	CURSO TÉCNICO	DIRETOR	ENDEREÇO/E-MAIL	TELEFONE
São Leopoldo	2º	Centro Estadual de Educação Profissional Visconde de São Leopoldo	Agropecuária Florestas	Francisco Andrade Machado	Av. Feitoria, 3490 Cx. Postal 96 agricolasaoleopoldo@terra.com.br	(51) 3566-1272 Fax: (51) 3575-4877
São Lourenço do Sul	5º	Escola Técnica Estadual Santa Isabel	Agropecuária	Maria Izabel Padilha Nunes	1º Distr. de São Lourenço do Sul Sta. Isabel Cx. Postal 11 ete.santaisabel@gmail.com	Fax: (53) 3805-1222
Canguçu	5º	Escola Técnica Estadual Canguçu	Agricultura Contabilidade	Antônio Alfredo Maia	Rua Silveira Martins, 351 ete.cangucu@gmail.com	(53) 3252-1312 Fax: (53) 3252-1234
Encruzilhada do Sul	6º	Colégio Est. Téc. Agropecuário Dr. Zeno Pereira Luz	Agropecuária	Nazaré Cristina da Silva Barone	Estrada Corredor do Meio, s/n Cx. Postal 03 cetagro@gmail.com	(51) 3733-1579
Venâncio Aires	6º	Escola Estadual de Ensino Médio Wolfram Metzler	Agroindústria	Elida Maria da Rosa Klamt	Linha Bela Vista Cx. Postal 20 ewolframmetzler@yahoo.com.br	Fax: (51) 3741-1862
Candelária	6º	Escola Estadual de Ensino Médio Gastão Bragatti Lepage	Agronegócio	Edna Salete Campos Herberts	Av. Pereira Rego, 280 gastaoblepage06cre@educacao.rs	(51) 3743-1288
Lagoa Vermelha	7º	Escola Estadual Técnica Agrícola Desidério Finamor	Agropecuária	Rozângela Steffenon	BR 285 - Km 193 Cx. Postal 126 escola.agricola.desiderio@ibest.com.br	(54) 9996-5952 Fax: (54) 3358-1444
Guaporé	7º	Escola Estadual Técnica Agrícola Guaporé	Agropecuária	Claúdio Grando	Av. Sílvio Sanson, 66 São Cristóvão Cx. Postal 97 escola.agricola@bol.com.br	Fax: (54) 3443-1604
Osório	11º	Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes	Agropecuária	Angelita da Rocha Oliveira	BR 101 - Km 99 Cx. Postal 40 ildefonsoslopes@educacao.rs.gov.br	Fax: (51) 3663-2197
Caçapava do Sul	13º	Escola Técnica Estadual Dr. Rubens da Rosa Guedes	Agropecuária	Paulo Benites	Alto das Catacumbas 1º Distrito Cx. Postal 102 rubensguedes13cre@educacao.rs.gov.br	(55) 9694-3565
Dom Pedrito	13º	Escola Estadual de Educação Profissional Dom Pedrito	Administração Agropecuária	Manuel Francisco Duarte Antunes	BR 293 Km 245 / eeeprofissional-dompedrito@hotmail.com	Sem telefone
Guarani das Missões	14º	Escola Estadual Técnica Guaramano	Agroindústria Agropecuária	Denise Terezinha Sallet Wozniak	Rua Miguel Kaminski, s/n Cx. Postal 12 / denise-sw@hotmail.com	(55) 3353-1011
Erechim	15º	Colégio Agrícola Estadual Ângelo Emílio Grando	Agropecuária	Maristela Zordan zomari@bol.com.br	Rua Ítalo Pires da Silveira, 119 Cx. Postal 796 angeloegrando15cre@educacao.rs.gov.br	Fax: (54) 3522-1090
Viadutos	15º	E.E. de Educação Básica Viadutos	Agricultura	Neri Demarco / neredemarco@hotmail.com	Rua Bento Gonçalves, 141 viadutos15cre@educacao.rs.gov.br	Fax: (54) 3395-1294
Santa Rosa	17º	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste	Agropecuária	Rudi Auler / diretor-fronteira@hotmail.com	Laranjeiras, s/n Cruzeiro – Cx. Postal 13 coofronteira@yahoo.com.br	(55) 3512-3043
Palmeiras Missões	20º	Escola Estadual Técnica Celeste Gobbato	Agropecuária	Luis Carlos Cossmam lccossmam@yahoo.com.br	BR 158, Km 6 - BR 158, Km 6 celestegobbato_direcao@yahoo.com.br	Fax: (55) 3505-0082
Bom Progresso	21º	Escola Técnica Estadual Celeiro - ETEC	Agropecuária	Neiva Gessi Bergoli	BR 468 - Km 87,9 celeiro21cre@educacao.rs.gov.br	Fax: (55) 3528-6032
Cachoeira do Sul	24º	Escola Estadual de Ensino Médio Nossa Senhora da Conceição	Agrícola	Aldemar Goszino Schunemann	Três Vendas ensconceicao@via-rs.com.br	(51) 9719-5401
Espumoso	25º	Escola Estadual de Ensino Médio Belizário de Oliveira Carpes	Agricultura	Isabel O. Batistt isabel.orsolin@hotmail.com	Campina Redonda-Espumoso etbelizario@yahoo.com.br	(54) 3383-1506
Fontoura Xavier	25º	Escola Estadual de Ensino Médio Getúlio Vargas	Agricultura	Terezinha Lucas terezhnhamarlik@gmail.com	Três Pinheiros eeemgetuliovargas@gmail.com	(54) 9136-1972 (54) 9180-3945
Cachoeirinha	28º	Colégio Agr. Est. Daniel de Oliveira Paiva - CADOP	Agropecuária	Nelma Terezinha Dias	Engº Bonifácio Carvalho, 1400 cadop@ibest.com.br	(51) 3470-1968
Viamão	28º	Escola Estadual Técnica de Agricultura - EETA	Agricultura Zootecnia	Evandro Cardoso Minho	RS 040 Km27 Passo do Vigário – Cx. Postal 44 eteagricultura28cre@educacao.rs.gov.br	(51) 3485-1173 (51) 3485-1101
Santo Antônio Das Missões	32º	Escola Técnica Estadual Achilino de Santis	Agropecuária	Ana Emilia Nunes anaemiliadutra@hotmail.com	Rincão dos Miranda, s/n eteachilinosantis@gmail.com	(55) 3505-7150
São Luiz Gonzaga	32º	Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul	Agropecuária	João Ilário Batista Chagas	R. Marechal Floriano Peixoto, 4557 – Cx. Postal 73 etecruzeirosul@yahoo.com.br	(55) 3352-4451 Fax: (55) 3352-4109
Maçambará	35º	Escola Estadual Técnica Encruzilhada	Agropecuária	José Ari Nunes Carvalho	Encruzilhada 3º Distrito de Maçambará encruzilhadaescola@yahoo.com.br	(55) 9726-2427
Carazinho	39º	Escola Estadual de Educação Profissional de Carazinho- EEPROCAR	Agropecuária	Celito Lorenzi	BR 285 Km 211– Cx. Postal 28 geraleeprocar@wavatec.com.br	(54) 3330-9610
TOTAL		26 ESCOLAS	31 Cursos			

Com proposta mais moderna, AGPTEA apresenta seu novo site

O site da AGPTEA está de cara nova e traz novidades para seus associados e parceiros. Com um toque de modernidade e podendo ser acessado de qualquer lugar – computador, notebook, tablet ou celular – o site vai além do conteúdo tradicional, oferece um canal de serviços completo que atende o ensino técnico agrícola, o cooperativismo e a sustentabilidade, aproximando ainda mais seus associados.

Novo site da AGPTEA pode ser acessado de qualquer lugar



FOTOS: DIVULGAÇÃO

ENSINO TÉCNICO

● Com a cooperação de renomados mestres do ensino, o site contará com uma diversificada gama de conteúdo, produzido por profissionais das áreas de jornalismo, marketing e edições gráficas. O portal oferece ainda um espaço dedicado a cada Escola Técnica Agrícola do Rio Grande do Sul, onde será possível conhecer as peculiaridades das instituições, divulgar atividades, eventos e demais notícias relevantes ao cotidiano escolar e comunitário da sua região.

COOPERATIVISMO

● A cooperação que une, cria e desenvolve sempre foi o resultado de boas práticas. O novo site da AGPTEA nasce com muito disso. Desde sua história até a vanguarda, o Cooperativismo será apresentado e discutido em suas mais variadas possibilidades.

SUSTENTABILIDADE

● Assunto que sempre gera muito “pano pra manga”, a Sustentabilidade é um dos destaques permanentes nas páginas virtuais da AGPTEA. A principal meta é transmitir e fomentar ideias e ações que venham a melhorar a vida como um todo.

SERVIÇOS

Aos associados, destaque para o serviço de reservas da Casa da Praia, que agora conta com o novo sistema de pagamento facilitado através do PagSeguro, mais segurança e agilidade na hora de curtir a praia.

Aos alunos e ex-alunos das áreas agrícola-

la/florestal, vale a pena conhecer a Central de Estágios, espaço dedicado a quem busca oportunidades no mercado de trabalho. Acesse www.agptea.org.br/estagios

rece o que há de mais moderno em termos de usabilidade e interatividade, sendo possível a publicação de comentários. O site também manterá comunicação paralela com mídias sociais como Facebook e YouTube.

TECNOLOGIA E INTERATIVIDADE

A tecnologia utilizada (WordPress), ofe-

> Acesse, explore e interaja: www.agptea.org.br

Formação de professores em Caçapava do Sul



Professor Fritz Roloff foi um dos palestrantes



Professores da ETERRG participaram de formatura da rede estadual

Entre os dias 25 e 26 de fevereiro, os professores Fritz Roloff, Danilo Oliveira de Souza e Carlos Ribeiro participaram de palestras e também acompanharam a formação de professores da rede estadual de Caçapava do Sul, com destaque para os docentes da Escola Técnica Estadual Dr. Rubens Guedes (ETERRG).

Palestra na Escola Técnica Estadual Santa Isabel

A Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA) promoveu no dia 29 de fevereiro uma palestra motivacional na Escola Técnica Estadual Santa Isabel (ETESI), em São Lourenço do Sul, com o jornalista e escritor Laerte Santos, detentor de uma bagagem de mais de 300 palestras anuais em escolas, empresas e órgãos públicos. “Foi uma belíssima palestra, que sensibilizou professores e funcionários com seu carisma, amor e dedicação ao trabalho que realiza”, conta o presidente interino da AGPTEA, Fritz Roloff.

Cada dia mais fortes, cada dia mais seguras de si...

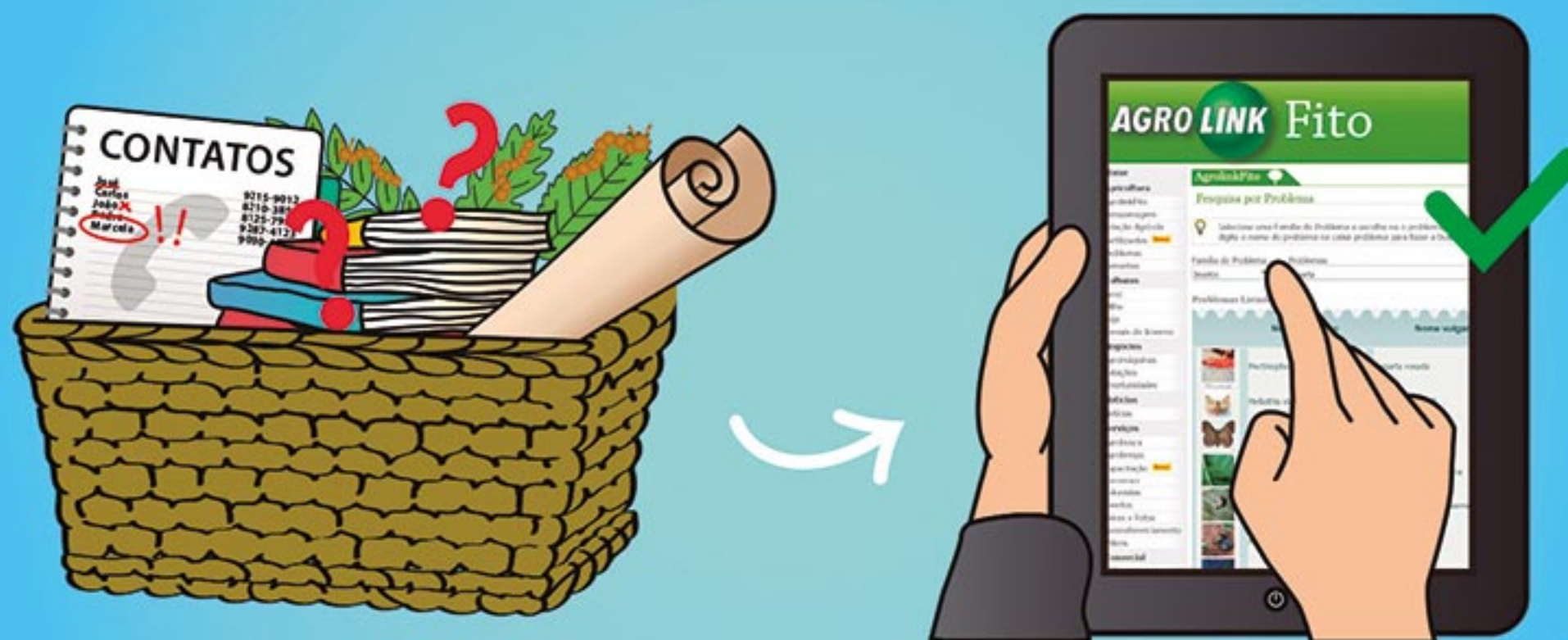


As **mulheres** mudam o mundo.

A **AGPTEA** deseja um **Feliz Dia da Mulher** (pelo 8 de março e todos os outros dias do ano) a todas as professoras que transformam o mundo com força, compartilham o conhecimento com sabedoria e deixam o nosso dia a dia mais suave com delicadeza.

AgrolinkFito.

O meio **mais prático** de encontrar soluções para **doenças, pragas e ervas** na sua cultura.



Acesse: agrolink.com.br/agrolinkfito

GRÁTIS!

AGRO LINK

#tudoéagro

Dados atualizados diariamente com mais de 130 culturas, 180 espécies, 1.900 produtos, 200 empresas e 1.000 problemas!

✳️ Consulte sempre um **Engenheiro Agrônomo**.

AgrolinkFito 

Como funciona?

Formas de pesquisa:

Cultura x Classe

Seleciona herbicidas, inseticidas, fungicidas e outros para cada cultura.

Busca por Problema

Através do nome do problema, encontre diversas informações técnicas, fotos e produtos.

Ingrediente Ativo

Localiza todas as marcas comerciais de um ingrediente ativo.

Empresas

Localiza a empresa e todos os seus produtos.

Identif. de Daninhas

Ajuda a identificar a daninha baseado em características da planta e também os produtos usados para controle.

+ Busca Avançada

Como funciona uma cooperativa de crédito

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação de pessoas com o objetivo de prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são, ao mesmo tempo, donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis em bancos, como conta-corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto, independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucro. Os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária.

Por meio da cooperativa de crédito, o cidadão tem a oportunidade de contar com atendimento personalizado para suas necessidades. O resultado positivo da cooperativa é reconhecido como sobra e é repartido entre os cooperados em proporção com as operações que cada associado realiza com a cooperativa. Assim, os ganhos voltam para a comunidade dos cooperados.

No entanto, assim como partilha dos resultados, o cooperado está sujeito a participar do rateio de eventuais perdas, em ambos os casos, na proporção dos serviços usufruídos. As cooperativas de crédito são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, ao contrário de outros ramos do cooperativismo, tais como transporte, educação e agropecuária.

Resultado Janeiro - 01/2016

1 - Saldo em Conta Corrente 1.1.2.30.01.001	5.650,16
2 - Saldo Aplicações Financeiras na CECRERS 1.4.5.10.01.001	184.138,92
3 - Saldo de Empréstimos 1.6.1.20.00.000	280.131,59
4 - Saldo Operações de Crédito Concedidas 1.6.1.20.20.001	321.415,53
5 - Valor das Provisões para Empréstimos 1.6.9.20.01.001	29.971,27
6 - Valor Líquido das Operações de Crédito da Cooperativa -	250.160,32
7 - Saldo do Ativo Permanente da Cooperativa 2.0.0.00.00.000	163.519,96
8 - Valor da participação Capital Social da Cooperativa junto à Central - Ações e Cotas 2.1.5.30.05.001	161.757,27
9 - Saldo Baixado como Prejuízo 3.0.9.60.10.001	287.662,18
10 - Aplicações dos Associados junto à Cooperativa 4.1.5.10.20.001	232.547,21
11 - Capital Social 6.1.1.00.00.000	567.267,21
12 - Índice de Inadimplência (Inadimplentes / Saldo Empréstimos) -	13,26
13 - Resultado da Cooperativa -	7.443,55
14 - Saldo dos Maiores Devedores -	126.772,67
15 - Saldo de Inadimplentes (+ de 30 dias vencidos) -	37.143,86

A EDUCREDI E OS PROFESSORES

A Cooperativa de Crédito dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul está situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 283, em Porto Alegre. A Educredi coloca seus serviços à disposição dos professores também através do site www.educredi.com.br e pelo telefone (51) 3225-5748. Créditos automáticos com facilidade e agilidade, canal de desconto no Tesouro do Estado ou outras formas de descontos. Basta acessar o site ou ligar e realizar sua associação ao sistema cooperativo de professores.

Educredi em 2016

Após as férias escolares, os professores iniciam as atividades em 2016 em meio a expectativas um pouco pessimistas, afinal é ano eleitoral e as escolas continuam com problemas estruturais, enquanto a educação não é prioridade. Apesar disso, nós continuamos apostando na Educação. Sabemos que os professores estão de volta com sonhos e novas perspectivas para compartilhar seu conhecimento com as comunidades e da sociedade gaúcha.

A Educredi deseja um bom retorno ao trabalho! Que todos os professores do Rio Grande do Sul tenham a valorização que merecem, sejam profissionais reconhecidos e que a educação tenha prioridade em todos os governos. Como uma cooperativa de crédito de professores autorizada pelo Banco Central, a Educredi estará sempre atendendo os interesses da educação e dos professores.

REGULARIZE A SUA SITUAÇÃO COM A EDUCREDI

Para manter seus empréstimos, o associado deverá estar em dia com suas obrigações junto à cooperativa a fim de ter acesso a empréstimos compatíveis com sua renda e ótimos descontos para quitação de seus débitos. Entre em contato, faça simulação de empréstimos, solicite seus extratos de associado e participe da cooperativa.

Av. Getúlio Vargas, 283 Menino Deus
Porto Alegre
51 3225-1897 – Fax 51 3225-5748
educredi@gmail.com – www.educredi.org



AGPTEA convida para o XXXI Encontro Estadual de Professores & IV Congresso Nacional de Ensino Agrícola

Anote aí! O XXXI Encontro Estadual de Professores e IV Congresso Nacional de Ensino Agrícola já têm data e local marcados: 30 de junho a 2 de julho, em Carazinho. O objetivo é promover um debate sobre o Ensino Profissional Agropecuário no Rio Grande do Sul e no Brasil, levando em conta a inserção e possibilidades no mercado de trabalho, problemáticas sociais, econômicas e ambientais, valorização profissional e oportunidades de formação.

Temas que historicamente são levantados pela AGPTEA estarão presentes. Destaque para propostas de preservação dos recursos naturais, consumo sustentável como forma de integração e organização social, além do impacto econômico e financeiro na elaboração do Processo de Gestão em diferentes níveis e organizações. Como parte da programação, os professores poderão participar de painéis,

debates e visitas técnicas, tendo em vista a educação, o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola e de geração de renda familiar. A coordenação do evento é do vice-presidente da AGPTEA e diretor da Escola Agrícola de Carazinho (EPROCAR), professor Celito Lorenzi.

Neste ano, haverá eleições para a Diretoria e o Conselho Fiscal. Quem tiver interesse, deve encaminhar sua chapa ao Conselho Consultivo até 48h antes do pleito. Em maio, será expedido edital de convocação da assembleia geral com a referida pauta e cargos a serem preenchidos.

“Desde já, convidamos professores, diretores, supervisores escolares, orientadores educacionais, técnicos agrícolas, extensionistas, pesquisadores, alunos das ciências agrárias e, em especial, os associados da AGPTEA e da FENEA”, ressalta o presidente interino da Associação, Fritz Rollof.



SERVIÇO

XXXI Encontro Estadual de Professores & IV Congresso Nacional de Ensino Agrícola

Quando:
30 de junho a 2 de julho de 2016

Onde:
Carazinho (RS)

FALTOU DINHEIRO?

VEM QUE NA FACTA TEM.



capella

VANTAGENS FACTA PARA EMPRÉSTIMO CONSIGNADO:

- Desconto direto na folha;
- Cobrimos a oferta da concorrência;
- Portabilidade de outros bancos;
- Agilidade na liberação do crédito;
- Sem consulta ao SPC e ao SERASA.

Ligue e informe-se:
3003-4044

facta.com.br

facta 20
anos
NOSSA HISTÓRIA FAZ PARTE DA SUA